



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 1

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE
DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE.**

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal deste Concelho, sob a Presidência do Senhor António Augusto Guerra Nunes dos Reis, coadjuvado pelos Senhores Joaquim Vítor Bento Pereira, Primeiro Secretário e Ana Isabel Chiote Lopes Vargas, Segunda Secretária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM – Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

-----**DOIS – Período da Ordem do Dia.**-----

-----**DOIS PONTO UM – Aprovação da ata da sessão anterior.** -----

-----**DOIS PONTO DOIS – Apreciação da Atividade Municipal e Situação Financeira.** -----

-----**DOIS PONTO TRÊS - Informação de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de dezembro de 2013 – Tomada de conhecimento.** -----

----- **DOIS PONTO QUATRO – Informação sobre acompanhamento do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – Tomada de conhecimento.** -----

----- **DOIS PONTO CINCO – Fundo de Regularização Municipal – Afetação dos Recursos – Art.º 67º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Tomada de conhecimento.** -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 2

----- **DOIS PONTO SEIS – Alterações à primeira revisão da Receita e da Despesa autorizadas na reunião de Câmara de 8 de abril de 2014 e Assembleia Municipal de abril – Informação – Tomada de conhecimento. -----**

----- **DOIS PONTO SETE – Proposta de desafetação do domínio público municipal. -----**

----- **DOIS PONTO OITO – Proposta de desafetação do domínio público municipal. -----**

----- **DOIS PONTO NOVE – Denúncia do contrato de execução com o Ministério da Educação – Proposta – Discussão – Votação. -----**

----- **DOIS PONTO DEZ – Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta – Atribuição da Medalha de Honra – Proposta. -----**

----- **DOIS PONTO ONZE – Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Empreitada – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética em Equipamentos Desportivos Municipais – Ratificação – Tomada de Conhecimento. -----**

----- Efetuada a chamada, verificou-se que não estava presente o membro Senhor Ademar Bento, Presidente da Junta de Freguesia de Ligares. A este propósito referiu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fosse dado conhecimento da falta à Assembleia de Freguesia de Ligares-----

----- Verificada a existência de quórum, pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi declarada aberta a sessão, eram vinte horas e quarenta e cinco minutos, passando-se, de imediato, ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

UM – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Período de Antes da Ordem do Dia iniciou-se com a leitura do seguinte expediente:-----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 3

----- Ofício da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta solicitando o agendamento de assuntos para a presente sessão. -----
----- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses oferecendo um exemplar da publicação editada pelo Professor Doutor Sidónio Pardal “Ser Autarca, Missão e Desafios”. -----
----- Ofício da Câmara Municipal de Bragança enviando uma certidão sobre “Resolução sobre a introdução de portagens na A4 – Autoestrada Transmontana”. -----
----- Ofício da Assembleia Municipal de Mirandela sobre “Colóquio sobre Assembleias Municipais”. -----
----- Ofício do Município de Bragança sobre “Serviço Nacional de Saúde”. -----
----- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”. -----
----- Ofício da Câmara Municipal de Bragança sobre “Resolução sobre a Portaria 82/2014, de 10 de abril – Estabelece os critérios que permitem categorizar os serviços e os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde”. -----
----- Ofício da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta enviando a Ata da reunião do Conselho Municipal de Educação de Freixo de Espada à Cinta. -----
----- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre “30 Anos da Associação Nacional de Municípios Portugueses”. -----

DOIS - ORDEM DO DIA

----- DOIS PONTO UM – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a ata da sessão anterior. -----

----- DOIS PONTO DOIS – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos do que



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 4

preceitua a alínea c) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Em relação à situação financeira, como todos também têm o mapa que a Dr.^a Antónia Coxito disponibilizou e da informação que ela nos dá, temos aí em relação a dezembro uma diferença de novecentos e sessenta e um mil euros, de pagamentos que temos vindo a efetuar. -----

----- Onde estão os dezasseis milhões novecentos e sessenta e três mil falta ainda diminuir a última *tranche* do Fundo de Regularização Municipal, os cerca de trinta e seis mil euros de março que aqui ainda não estão diminuídos porque neste dia ainda não havia informação mas, depois vocês têm uma informação mais à frente onde já estão os três meses. -----

----- Em relação ao fundo de regularização municipal em abril passámos a pedir-lo, tínhamos até ao final de abril para pedir o início dos pagamentos só que anda sempre três meses atrasado, se repararam na informação que vem, estamos em junho, já estão lá mais três meses que ainda não foram pagos aos fornecedores mas funciona muito bem, eles pagam, fazem os pagamentos diretamente aos fornecedores e depois os fornecedores enviam os recibos para aqui e eles mandam também uma listagem com os pagamentos já depois de efetuados, é a única coisa que está diferente aqui em relação àquilo que já está neste momento. -----

----- A parte do PAEL, os quarenta por cento, ainda não veio nada, ainda estamos à espera, a Dr.^a Antónia Coxito com uma informação que também está aí tem estado a tentar, porque há uma série de pagamentos que foram efetuados pela Câmara e eles não nos dariam esse dinheiro, tem-se estado a tentar, tem-se estado a mandar todos os documentos e informações para ver se isso é aceita para ver se não ficamos a perder tudo daqueles pagamentos que já tinham sido efetuados e que venha para se pagarem outras faturas”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Não é bem uma questão é mais relacionado com a atividade municipal do que com a situação financeira, não o fiz no período de antes da ordem do dia porque não me lembrei. -----

----- Queria apelar à Senhora Presidente, aos Senhores Vereadores e aos membros da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagoaça e Fornos que a estrada que vai para as Arribas de Lagoaça está em sérios riscos, quer dizer sérios riscos, está em risco de derrocada em alguns locais. Sei que já foram



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 5

tomadas medidas para resolver a situação mas era urgente pegar naquilo, portanto, recomendava ao Executivo e à Junta que olhassem por isso”. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “A estrada de Lagoaça já devia estar arranjada, só que entretanto havia um problema na estrada da Canameira que estava em perigo mesmo de cair. Deve ter conhecimento e a máquina teve que ir para lá primeiro. A estrada da Canameira já está pronta, entretanto trouxemos a máquina para cima. Em Ligares andaram também a fazer uns trabalhos. Na entrada de Ligares, já acabaram, a máquina vai já a seguir para Lagoaça que é isso que está prometido, já lá devia estar, mas é isso que está prometido para arranjar a estrada do rio.”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagoaça e Fornos, Carlos Novais que referiu: “No seguimento dessa informação, o Executivo já tinha conhecimento desses constrangimentos todos e por isso mesmo não tinha ainda iniciado as obras de recuperação da estrada do rio”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Miguel Ângelo Gata que referiu: “Em relação à parte da atividade Municipal, uma vez que não foi apresentada como é habitual, queria destacar aqui um ponto em relação aos arranjos nos parques infantis nos jardins municipais porque, já por algumas vezes eu tinha abordado o Executivo dessa necessidade e aproveitei a oportunidade para felicitar o Executivo pela iniciativa que teve em instalar no jardim municipal um parque infantil digno desse nome, com a melhoria daquele espaço, a pensar nas nossas crianças, estamos também a promover os laços de afeto e as relações interpessoais e intergeracionais. -----

----- Bem sei que os pontos de diversão ali instalados foram reaproveitados de outro local, onde tinham menos uso, mas pode-se dizer que foi um pequeno gesto mas, um gesto significativo. Foi um gesto a pensar na qualidade de vida das pessoas e que demonstra, claramente, a sensibilidade do Executivo sobretudo para com os mais pequenos, para além disso, reverte-se de uma importância ainda maior numa terra que luta contra a falta de crianças e jovens como muitas terras do Interior do País. -----

----- Com esta melhoria há mais meia dúzia de motivos para que as crianças e os adultos permaneçam e convivam naquela zona da Vila e isso fica aqui expresso através das minhas palavras de congratulação”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 6

----- DOIS PONTO TRÊS - INFORMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2013 – TOMADA DE CONHECIMENTO; -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento de que não houve compromissos plurianuais, assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de dezembro de dois mil e treze, desde a última sessão até esta data. -----

----- DOIS PONTO QUATRO – INFORMAÇÃO SOBRE ACOMPANHAMENTO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

----- Presente uma informação sobre acompanhamento do PAEL e Reequilíbrio Financeiro para efeitos de tomada de conhecimento e que aqui se dá por transcrita, ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. ---

----- DOIS PONTO CINCO – FUNDO DE REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL – AFETAÇÃO DOS RECURSOS – ART.º 67º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

----- Presente uma informação sobre o Fundo de Regularização Municipal – Afetação dos Recursos com base no art.º 67º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro para efeitos de tomada de conhecimento e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. ---

----- DOIS PONTO SEIS – ALTERAÇÕES À PRIMEIRA REVISÃO DA RECEITA E DA DESPESA AUTORIZADAS NA REUNIÃO DE CÂMARA



**DE 8 DE ABRIL DE 2014 E ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRIL –
INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----**

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento de uma informação relativa à primeira Revisão da Receita e da Despesa autorizadas na reunião de Câmara de 8 Abril e na sessão da Assembleia Municipal de Abril e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

**----- DOIS PONTO SETE – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO
DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: -----**

----- Presente uma proposta de desafetação do domínio público municipal apresentada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia seis de maio do presente ano e que a seguir se transcreve. -----

PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro venho propor a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno de 13,40 metros quadrados, sita no Bairro do Samiteiro de Baixo, nesta Vila, a confrontar a norte com Via Pública, sul com Terreno Público, poente Via Pública e nascente Manuel Augusto Vicente, destinada ao reaproveitamento da zona urbanizável.

O reaproveitamento da parcela em referência evita que com o decorrer do tempo se crie ali uma patologia urbana face ao desuso ou uso indevido do espaço com implicações negativas na qualidade de vida do aglomerado, na imagem das instituições que administram a “coisa pública” e no erário público.

Mais proponho ainda que a presente proposta seja submetida à aprovação da digníssima Assembleia Municipal.

Edifício dos Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, 30 de abril de 2014.



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 8

A Presidente da Câmara Municipal

-Maria do Céu Quintas-

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal tendo referido: “Depois das informações analisadas penso que sabem do sítio que se trata. -----

----- Um é a desafetação do domínio público de um espaço que há no Bairro do Samiteiro de Baixo numas garagens que foram construídas atrás em que ficou um pequeno espaço entre o muro de acesso e a última garagem que é do Senhor Manuel Vicente, o que está em causa é esse espaço aí, desafetar por no domínio privado do município para se poder vender, aqui não se está a dizer que se vai vender. -----

----- O outro é ao lado da casa do Senhor Pedroso, é um espaço que está ao lado, desafetá-lo também para podermos vender esse espaço e conforme diz aí para evitar lixo e outras coisas que possam aparecer”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação a este ponto há aqui algumas questões que gostaria de colocar, até porque aqui neste parágrafo diz «... o reaproveitamento da parcela em referência evita que com o decorrer do tempo se crie ali uma patologia urbana face ao desuso ou uso indevido do espaço com implicações negativas na qualidade de vida do aglomerado...». Em relação a este ponto discordo por isto que a seguir vou referir, porque o Município tem mecanismos para fiscalizar e impedir o uso indevido do espaço e evitar o desuso do mesmo. -----

----- Com base na informação da ata número nove da reunião de câmara de seis de maio, onde foi referido pelo Vereador José Santos que o parecer que lhe foi dado enquanto Presidente dos anteriores Executivos não poderia proceder a estas mesmas intervenções que agora é solicitada devido à Técnica em questão ter uma opinião contraditória à que agora possui. -----

----- O que eu pergunto é, a este propósito gostaríamos de saber se a legislação alterou em relação a estes mesmos pontos, desta forma gostaríamos de saber qual será a posição a tomar num futuro próximo em relação a outros Municípios que estejam nas mesmas condições, porque o que se passa aqui é o seguinte, a mesma Técnica Superior teve uma posição antes e tem outra agora, a legislação mudou, se mudou há uma justificação, se não mudou qual é que será no futuro, para evitar,



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 9

seja que Executivo vier a estar, para evitar que se tenha uma disformidade em relação a estas mesmas opiniões, que haja uma uniformidade para todos os Municípios, é isso que queremos colocar”. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “A legislação não mudou e a Técnica na reunião respondeu, ela justificou, estes casos que estão aqui, estes dois, eu não sei se alguma vez foram a reunião de Câmara ou se pediram para isso. -----

----- A justificação que ela deu é que há uma determinada área que quando é muito pequena não se pode ou não dá para fazer a desafetação, que era o caso de um sítio na Costa em que tentaram fazer, e ela deu essa justificação, que ali não era possível fazer a desafetação mas que aqui sim, aqui pode ser, isto são informações da Técnica e ela justificou-se na reunião perante o Vereador, agora isto são informações que a Técnica dá, quem sou eu para dizer que não se pode mas a legislação não mudou”. -----

----- Usou de novo da palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Eu não estou a colocar em causa sequer isso. A informação que tem que ser dada é que não pode ter um peso e duas medidas, mesmo aqui em relação a metros também diferem bastante por isso é que estou a colocar a questão. Isto para evitar, no futuro, que haja outro senão em relação a isto. Se há uma aplicação da Lei que seja igual para todos, e é isso que deve acontecer. Não é daqui a quatro ou oito anos, suponhamos, estar outro Executivo e o mesmo parecer que foi dado agora, não, agora já não pode ser. Acho que deve haver uma uniformidade e se a pessoa em questão é a mesma deve ter coerência de afirmar o mesmo sobre aquilo em que é confrontada, porque neste caso, salvaguardando até o anterior Executivo, neste caso quem presidia e salvaguardando-a a si, que é quem preside neste momento, porque tem que confiar, como é óbvio, nos funcionários. Por isso é que estão lá que é para efetuar os trabalhos, que é para terem coerência sobre aquilo que vão decidir”. -----

----- Usou de novo da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Da resposta que a Técnica deu o que percebi é que as coisas talvez não tivessem sido postas desta maneira e em relação a um determinado sítio, onde ela deu a informação de que não se podia, não pode mesmo mas é em função da área que tem, dos metros quadrados que tem a parcela. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 10

----- Agora se quiserem uma justificação mais profunda tem que se pedir à Técnica por escrito”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Gostaria de fazer um comentário que é o seguinte: A Senhora Presidente referiu que a Dr.^a Susana Valente na reunião de Câmara deu a explicação, mas o que é verdade é que da ata que temos em nosso poder nada consta a esse respeito. Para a História, efetivamente, a pergunta ficou sem resposta”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “Julgo que há duas propostas de desafetação do domínio público. Aparentemente, do que se trata, são de duas parcelas muito pequeninas. de terreno que estão desaproveitadas e que se pretende depois poder vender. -----

----- Eu não estou a ver onde é que isto é, embora nas informações venham as confrontações, no decorrer desta discussão ocorreu-me se isto não tem que ver com aqueles conflitos que nós sabemos que existem no Bairro de cima, há vários conflitos com as partes traseiras em que as pessoas, não tem nada que ver? Isto é extremo de conjuntos de casas. -----

----- Eu disse isto porque a ideia que tenho é que os vários conflitos que existem lá atrás, já tenho ouvido conflitos, alguns dos quais me parece até que estão em Tribunal, se prendem exatamente com extremos de construção que depois impedem entradas, isto não tem nada que ver com isso, é tão simples quanto parece aqui, uma parcela pequenina de terreno que se pretende desafetar do domínio público para que depois a Câmara possa vender”. -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi a proposta de desafetação em referência posta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros Senhores: António Augusto Guerra Nunes dos Reis, Ana Isabel Chiote Lopes Vargas, Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, António Augusto Afonso, Carlos Alberto Pereira, Sofia Lorete Pintado Pires Manso, Raul de Jesus Rocha Ferreira e Carlos Alberto Novais. -----

----- DOIS PONTO OITO – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 11

----- Presente uma proposta de desafetação do domínio público municipal apresentada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezassete de junho do presente ano e que a seguir se transcreve. -----

PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro venho propor a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno de 185,00 metros quadrados, sita no Bairro do Samiteiro de Baixo, nesta Vila, a confrontar a norte com António Jorge Simões Pedroso, sul com Via Pública, poente Via Pública e nascente Via Pública, destinada ao reaproveitamento da zona urbanizável.

O reaproveitamento da parcela em referência evita que com o decorrer do tempo se crie ali uma patologia urbana face ao desuso ou uso indevido do espaço com implicações negativas na qualidade de vida do aglomerado, na imagem das instituições que administram a “coisa pública” e no erário público.

Mais proponho ainda que a presente proposta seja submetida à aprovação da digníssima Assembleia Municipal.

Edifício dos Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, 12 de junho de 2014.

A Presidente da Câmara Municipal

~~-Maria do Céu Quintas-~~

----- Não havendo intervenções a registar foi a proposta de desafetação em referência posta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros Senhores: António Augusto Guerra Nunes dos Reis, Ana Isabel Chiote Lopes Vargas, Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, António Augusto Afonso, Carlos Alberto Pereira, Sofia Lorete Pintado Pires Manso, Raul de Jesus Rocha Ferreira e Carlos Alberto Novais. -----



----- DOIS PONTO NOVE - DENÚNCIA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----

----- Presente uma proposta verbal apresentada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezassete de junho do presente ano e que a seguir se transcreve. -----

PROPOSTA DE DENÚNCIA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO

No dia dezasseis de Setembro de 2008, o Município de Freixo de Espada à Cinta celebrou um contrato de execução com o Ministério da Educação, tendo, por esse efeito, sido transferidas para o Município atribuições nos seguintes domínios:

-Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;

- Atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo;

- Gestão do parque escolar no 2º e 3º ciclo do ensino básico.

Ao Ministério da Educação cabe-lhe, genericamente, transferir os recursos e instrumentos financeiros necessários para o integral cumprimento do contrato.

Decorrido todo este tempo sobre a assinatura do contrato, verificou-se, da parte dos serviços municipais e dos serviços do Agrupamento de Escolas de Freixo de Espada à Cinta, um esforço no sentido de vencer as naturais dificuldades do processo e de implementar os procedimentos que se revelaram necessários.

Entretanto, verificou-se que, às dificuldades naturais do processo, que à partida seriam ultrapassáveis, viriam a somar-se inesperados constrangimentos legais e financeiros, cuja solução não está ao alcance da boa vontade do Município e dos seus trabalhadores.

Em causa estão:

- As questões recorrentes sobre o pessoal não docente:

-As necessidades de pessoal não contemplado no rácio, como sejam os psicólogos e os terapeutas;

- A recusa generalizada das propostas de alteração efetuadas pela ANMP ao contrato de execução em vigor e que resultaram do apuramento de um conjunto de constrangimentos;

- A existência de uma lacuna de financiamento quanto às despesas com os prémios de seguro de acidentes de trabalho do pessoal não docente uma vez que, apesar de não ser obrigatório, para os trabalhadores provenientes da Administração Central, é política deste Município transferir esta responsabilidade para as seguradoras, e no caso concreto do pessoal não docente a despesa anual é de 2 716,98€);



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 13

- A necessidade de recrutamento de pessoal não docente para assegurar o serviço do Agrupamento, competência da Câmara Municipal, mas que dificilmente poderá efetuar, por força do disposto no orçamento de estado para o ano de 2014, bem como o facto de as categorias e contratos em causa não se enquadrarem nos regimes excepcionais contemplados;

- A necessidade que o Município teve em recorrer à figura jurídica da mobilidade interna para o exercício dos cargos de Coordenadora Técnica e de Assistente Técnico, suportando o Município os encargos tidos com essas mobilidades no valor mensal de 510€;

Assim, considerando que o contrato de execução tem um carácter anual e é celebrado até ao mês de Junho de cada ano letivo, proponho à Câmara Municipal a denúncia do referido contrato de Execução, devendo o assunto ser remetido, com carácter de urgência, à Assembleia Municipal.

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Conforme a informação que foi enviada, que foi à reunião de Câmara, nós pretendemos fazer a denúncia do contrato de execução com o Ministério da Educação. -----

----- A maior parte das Câmaras já o fez e nós pretendemos faze-lo também. -----

----- Não foi bem aceite na altura, pelo menos por parte das pessoas que trabalham nas instituições, não traz nada, ao contrário do que se possa dizer, de que a Câmara fica a lucrar com o acordo, não fica, só nos traz ainda despesas, temos um seguro para suportar, as mobilidades que existem, conforme diz a informação traz-nos um agravamento de quinhentos e dez euros por mês, não podemos contratar ninguém para colocar na escola nos lugares que são precisos, estão sujeitos ao regime da Câmara e acho que isto deve ser entregue, cada um que esteja no seu serviço, as pessoas da escola não aceitam muito bem, nunca aceitaram. -----

----- Vem a avaliação, estão sujeitos à avaliação feita pelo Município, quando ninguém sabe, quando há tolerância de ponto na Câmara os que estão na escola não têm essa tolerância porque estão de baixo de quem manda na escola e das regras da escola, entretanto os da escola e chegam as férias e sempre têm mais umas horas, a Câmara não sabe, isto só traz encargos e outras contrariedades ao Município”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagoaça e Fornos, Carlos Novais, que referiu: “Quanto a este assunto, e eu como faço parte do Conselho Municipal da Educação, e estive presente na última reunião, há uma questão que acho que devo colocar no sentido



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 14

de esclarecer os demais membros desta Assembleia que é o seguinte: Foram colocadas questões na dita reunião à representante do Ministério da Educação em que ela disse que as despesas que estavam a ser tidas com as escolas e que estavam a ser suportadas pelo Município e pelas Freguesias, no caso das Freguesias que suportam algumas, que todo o dinheiro era do Estado. -----

----- Agora, a questão que eu colocaria e no seguimento da informação que consta aqui e ainda no seguimento do apoio que as Freguesias dão às escolas locais, aos infantários e não só, à própria escola sede aqui em Freixo, o dinheiro vai para as Freguesias com uma outra finalidade que não essa, só que as Freguesias fazem uma gestão, e eu estou a falar no meu caso pela Freguesia que representamos, eu e o outro elemento que está ali atrás, tentamos gerir da melhor maneira que possa e permita dar apoio às solicitações que nos são feitas e nós temos dado apoio nesse sentido e o que também já vinha sendo feito de trás. -----

----- Neste sentido e atento ao exposto aqui na informação que saiu, que foi vinculada ainda há uma outra questão que eu gostaria de colocar quanto aos pagamentos, porque quem suporta na íntegra os custos todos, deduzo eu que seja o Executivo Municipal, certo. Quando me refiro aos custos todos quero dizer o pagamento dos transportes e outras situações, o retorno desse dinheiro chega atempadamente ou não, é que se não chega isso eu considero que seja um encargo a mais para o orçamento e para o erário do Município”. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Esta denúncia que estamos a propor tem apenas a ver com o pessoal não docente, tudo o resto se irá manter na mesma”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação a este ponto, como é óbvio nós preparamos sempre as Assembleias e neste ponto deu-se liberdade a cada um de pensar da forma que quiser porquê? Eu entendo pessoalmente, e esta é uma opinião pessoal, pessoalmente sou contra o acabar com este acordo e vou explicar porquê. -----

----- Se antes o Governo quis passar para as Câmaras Municipais pessoal não docente, ficou os postos assegurados, que eu lembro-me que antes devido ao rácio teriam que sair possivelmente dois funcionários e foi assegurado esses postos de trabalho. O que irá acontecer no futuro e não há-de ser muito longe esse futuro é que se passarem o pessoal não docente novamente para o Governo, para o Ministério da Educação, se até quem é pessoal docente tem sido despedido o que vai acontecer é que mesmo esses postos de trabalho podem ficar em causa e não



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 15

ficando em causa podem ter que ser deslocados daqui de Freixo para outras localidades porque cada vez há menos crianças aqui e esse pessoal não docente que agora está afeto à Câmara se a escola tivesse que mudar e Deus queira que não, mas se tivesse que mudar como está afeto à Câmara ficava na Câmara não teriam que se deslocar e não teriam que ver a sua vida toda alterada e o que irá acontecer se isso for para a frente é que possivelmente e torno a frisar, Deus queira que isso não aconteça. Possivelmente irá haver um retrocesso total e acho que não é por mais três ou quatro postos de trabalho que irá encarecer assim tanto o Município, mais vale ter pessoas na nossa localidade e ter despesa com essas pessoas do que gastar noutra tipo de situações. -----

----- Também há aqui uma questão que quero colocar em relação ao seguro de trabalho. Esse seguro de trabalho se sair o pessoal não docente da Câmara esse seguro de trabalho também deixa de existir para eles ou é suportado pelo Ministério da Educação. Era isso que queria ver explicado”. -----

----- Usou de seguida a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Nós não somos obrigados a ter seguro de trabalho para essas pessoas, só que tendo a Câmara seguro de trabalho para toda a gente também tem para eles, também foi feito para o pessoal não docente da escola”. -----

----- Usou de novo a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação àquilo que a Senhora Presidente frisou sobre as tolerâncias de ponto e outras implicâncias que pode haver, acho que aí também pode haver uma planificação tanto do Executivo da Câmara como do Executivo da Escola e delinear no início do ano escolar aquilo que se irá passar e haver um equidade para ambos os funcionários não docentes, acho que por aí não pode ser levantado o problema, agora se me falar em despesa e que quer cortar na despesa, até posso tentar entender mas volto a frisar aquilo que falei anteriormente”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Joaquim Vitor Pereira que referiu: “Gostaria de questionar a Senhora Presidente da Câmara se agora em junho com o pagamento dos subsídios de férias se a *tranche* que veio do Ministério da Educação chegou a horas”. -----

----- Respondeu a Senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que o Município pagou tudo por inteiro mas não tinha a certeza se a verba tinha vindo



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 16

do Ministério da Educação pensando que não e afirmou que ainda iria haver outro problema relacionado com a ADSE”. -----

----- Posta a votação a proposta de denúncia de contrato de execução com o Ministério da Educação foi a mesma aprovada por maioria com os seguintes votos: -----

----- Votos a favor dos membros Senhores Ivo Quintas, Armando Fresco, Ana Luísa Peleira, Miguel Ângelo Gata, António Morgado Tavares, Márcia Andreia Frade, Mário dos Santos Galas, Rui Portela, Carlos Pereira, Carlos Novais, António Augusto Afonso, Joaquim Vitor Pereira e Manuel Frade. -----

----- Abstencões dos membros Senhor Raúl Ferreira e Senhora Sofia Pires Manso. -----

----- Votos contra dos membros Senhores António Nunes dos Reis, Nuno Ferreira e Senhora Ana Isabel Vargas. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Eu gostaria de fazer uma declaração de voto, uma vez que votei contra e gostaria de explicar isso, até porque não intervim no debate. -----

----- O meu voto contra é por uma questão de princípio. Andamos toda a vida a pedir a descentralização, a regionalização, a pedir que o Estado faça aquilo que tem que fazer e que as Autarquias tenham mais poder e numa altura em que nós temos essa possibilidade, demitimo-nos dela questão apenas por razões, que eu penso que são, fundamentalmente, economicistas, mas que, em última análise, até nem o são porque não me consta que o Ministério da Educação não pague. Consta-me é que o Ministério da Educação paga a más horas, como aliás acontece não só com o Ministério da Educação mas acontece com as Câmaras e com outras entidades públicas. Portanto eu repito o meu voto contra é-o, fundamentalmente por uma questão de coerência e de princípio porque sempre defendi e continuo a defender que haja descentralização dos serviços públicos e que se dê poderes verdadeiramente ao Poder Local. Aqui, nós estamos a demitir-nos desse Poder”. --

----- DOIS PONTO DEZ - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA BANDA DE MÚSICA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO. -----



----- Presente uma proposta de atribuição da Medalha de Honra à Associação recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta apresentada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezassete de junho do presente ano e que a seguir se transcreve. -----

ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA

PROPOSTA

Determina o artigo 2º do Regulamento Municipal de Insígnias Honoríficas que “A medalha de Honra do Município destina-se a distinguir personalidades, instituições ou organizações nacionais ou estrangeiras que pelo seu prestígio, cargo ou ação para com a comunidade local sejam consideradas dignas dessa distinção”.

É pois no seguimento do exposto que proponho e deixo à consideração da Excelentíssima Câmara Municipal a proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município à Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta a submeter à aprovação da Digníssima Assembleia Municipal.

A Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta iniciou a sua atividade há cerca de cento e cinquenta anos, segundo consta de alguns registos. Mercê da disponibilidade ou não do maestro, a sua atividade foi intermitente nos primórdios da sua formação, chegando mesmo a estar inativa durante alguns anos.

É em 1978 que através de registo no Cartório Notarial de Freixo de Espada à Cinta que é formalizada a Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta no formato que ainda hoje vigora. É neste contexto que a Banda de Música tem vivido fruto de abnegação de direções, maestros e restantes músicos, que mercê de intenso trabalho tem obtido resultados no que toca à melhoria da sua qualidade musical.

Ao optar pela instituição de uma Escola de Música, desde dois mil e oito que a Banda tem garantido a sua continuidade, registando no presente a frequência de cerca de setenta alunos nas classes de formação musical, prática individual, naipe e classes de conjunto ministradas pelos seus sete professores.

A Banda de Freixo tem sido ao longo do tempo um excelente embaixador, levando o nome de Freixo a todos os cantos do nosso País e estrangeiro, quer através da participação em programas televisivos, de encontros de bandas e



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 18

concertos vários. De destacar também a gravação do seu primeiro CD em abril de 2011, permitindo assim perpetuar a sua existência, bem como promover a divulgação da sua atividade a todos aqueles que gostam de a ouvir tocar.

É pois na senda do sucesso que vem granjeando que é convidada a participar no dia 1 de maio de 2011 no mais importante festival de bandas do País, o “festival Filarmonia ao Mais Alto Nível” onde foi alvo de excelentes comentários escritos e onde é enaltecida a sua qualidade artística por grandes figuras do meio artístico musical nacional.

Recentemente atingiu o seu ponto mais alto ao participar pela primeira vez num concurso de nível internacional, o “V Concurso Internacional de Bandas de Ateneu Vilafranquense”. Foi neste concurso que, ombreando com as mais prestigiadas bandas de musica do panorama musical do País, foi a vencedora do Primeiro Prémio da Categoria II. Este feito foi testemunhado por inúmeros Freixenistas que lhe quiseram dar o seu apoio e que guardam na sua memória aqueles minutos de uma atuação inesquecível.

É este resultado, fruto do trabalho de todas as suas direções administrativas e artísticas que o Município de Freixo de Espada à Cinta quer ver reconhecido, louvado e incentivado ao propor a atribuição da Medalha de Honra do Município à Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta.

Freixo de Espada à Cinta e Gabinete da Presidente da Câmara Municipal, 4 de junho de 2014.

A Presidente da Câmara Municipal

(Maria do Céu Quintas)

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal tendo esta referido: “Em relação à atribuição da Medalha de Honra acho que está tudo dito na proposta que vos foi enviada. Acho que a nossa Banda, todos quanto participas desde a Direção, Maestro, Músicos, acho que todos eles merecem um destaque e um destaque daqueles dos maiores da nossa Vila e por isso proponho a atribuição da Medalha de Honra considerando tudo quanto está dito na proposta. –



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 19

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação a esta proposta eu sou suspeito para falar. Era só para falar no dia do Freixenista tal como estava estabelecido mas entendo também que é o local próprio para se debater isto mesmo. -----

----- Sobre esta proposta, desde já louvo a atitude que o Executivo teve na pessoa da Senhora Presidente, por ter reconhecido o esforço de há muito tempo a esta parte de várias Direções e não apenas desta, porque a Banda existe, existirá sempre, será sempre uma identidade e as pessoas passarão por lá tal como em todos os Executivos. -----

----- A Banda foi uma Banda que já foi suportada e apoiada pelo anterior Executivo, neste caso pelo Senhor Ex-Presidente José Santos, que na altura trouxe também o Mestre Orlando e deu sempre todo o apoio que era necessário. -----

----- O anterior Executivo cumpriu com a sua parte mas, justiça seja feita à sua honra a Senhora Presidente em relação a esta Banda e à qual eu me orgulho de presidir. A direção a que presido também tem dado todo o apoio e tem sido incansável e nesse sentido temos trabalhado mutuamente e em conformidade porque qualquer instituição e as pessoas têm que se lembrar sempre não são partidárias mas sim para servir a população e esta é uma delas e neste caso tenho que delinear aqui porque é que se chegou a este concurso e explicar também para os presente como é que se chegou a este ponto. -----

----- Quando nós fomos para a Direção da Banda estabelecemos vários objetivos e este era um deles. Entendemos que deveria ser feito a curto ou longo prazo, porque a Banda tem potencial para isso, porque também entendemos que aquela juventude merecia uma oportunidade de mostrar o valor que realmente tem, mas sem nunca se ter exigido que trouxessem prémios. -----

----- O maior prémio que eles poderiam ter era vivenciar ao vivo, in loco como verdadeiros profissionais e oportunidade tiveram. -----

----- Para se chegar a este patamar foi necessário trabalho árduo e aqui louvo sobretudo os músicos que se empenharam, que estudaram durante meses a fio, o Maestro Orlando Rocha que foi o grande obreiro desta iniciativa e desta conclusão a que chegou. Também há aqui um pormenor que as pessoas podem desconhecer, mas foi feito aqui em Freixo de Espada à Cinta um estágio na altura da Páscoa onde estiveram os melhores Maestros do País. Isso foi o ponto de viragem para se chegar onde se chegou, porque esses Maestros puseram a Banda a tocar de forma diferente, tiveram outra sensibilidade e o Maestro Orlando Rocha pode ter outras opiniões que até então não tinha e os próprios músicos tiveram oportunidade de ver que por vezes não é só birra dele querer que mudem.-----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 20

----- Nesse estágio, a Câmara Municipal deu todo o apoio e também quero frisar aqui que acho que deve ser sempre cara a cara, olhos nos olhos aquilo que foi empenhado. Gastou-se bastante dinheiro neste estágio, a nível de logística, alimentação, em tudo que envolveu. -----

----- Para o concurso, também para ficar esclarecido, a Banda foi com dezoito por cento de músicos de fora e o resto de cá, da Vila de Freixo de Espada à Cinta o que denota por si só que a Banda cada vez mais tem fomentado saídas profissionais para músicos da nossa terra e cada vez mais enveredam por esse caminho. -----

----- Como já referi anteriormente não era o objetivo principal ganhar isto mas, perdoem-me chegar, ver e vencer não é para todos de facto e destronar a Banda que era a campeã nacional que era a Banda de Vilela, acho que foi um marco histórico se calhar nem daqui a cem anos poderá tornar a acontecer isso mas fez-se história em Freixo de Espada à Cinta e também ver reconhecido pelo Executivo a título próprio que deveria ser atribuído o maior galardão que esta Vila pode ter para nós enquanto Banda e Direção satisfaz-nos imensamente e ver que também têm essa sensibilidade para a parte cultural e continuem a apoiar a Banda porque a Banda, quer se queira quer não, é a maior bandeira que existe no Concelho de Freixo, tal como outras Associações mas, eu como é óbvio falarei sobre a Associação que Presido, onde estou envolvido e para a qual trabalho com todo o gosto porque dá gosto trabalhar. Amanhã, sábado vamos sair às cinco da manhã para ir para o Porto tocar mas vale a pena. Vale a pena lutar pelos jovens porque têm uma ocupação e é dinheiro bem gasto e Freixo levou a um patamar mais longínquo a um concurso internacional em Vila Franca de Xira. Quando foi a atribuição dos prémios toda a gente perguntava onde é que é Freixo de Espada à Cinta? Certamente agora já se deram ao trabalho de procurar porque para o ano lá estaremos outra vez e já sabem onde é que é Freixo de Espada à Cinta”. -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi a proposta de atribuição da Medalha de Honra à Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros presentes. -----

----- O membro Senhor Nuno Ferreira manifestou o seu impedimento legal em virtude de fazer parte dos órgãos sociais da Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta tendo sido dado cumprimento ao estatuído no número quatro do artigo vinte e quatro do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 21

barra noventa e um de quinze de Março e alterado pelo Decreto-Lei número seis barra noventa e seis de trinta e um de Janeiro. -----

----- DOIS PONTO ONZE - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – EMPREITADA – UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – RATIFICAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da empreitada de utilização racional de energia e eficiência energética em equipamentos desportivos municipais ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal.

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “ Esta autorização prévia prende-se com a empreitada de utilização racional de energia e eficiência energética em equipamentos desportivos municipais, são dois, como sabem, um para a piscina e outro para o gimnodesportivo mas, o das Piscinas Municipais ultrapassa os cem mil euros. -----

----- Isto já é um processo que vem desde dois mil e dez, já está na fase da empreitada e não sei porquê, comecei a pensar se já teria vindo e como temos que ter autorização da Assembleia e da DGAL, tudo o que ultrapasse os cem mil euros, andei à procura para ver se já tinha vindo à Assembleia, em princípio, com tanto tempo já poderia ter vindo mas procurou-se nas atas e ainda não tinha vindo.

----- É necessário ratificar isto porque se não podemos avançar com a empreitada”. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade ratificar a informação em apreço. -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO-----

----- Finda a ordem de trabalhos, foi, nos termos regimentais, aberto um período destinado à intervenção do público, não havendo intervenções a registar. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 04/2014
Reunião de 27/06

Pág. 22

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** - Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL






